

AO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SINDICATO DOS SERVIDORES DAS CARREIRAS QUE COMPÕEM OS ÓRGÃOS E ENTIDADES EXECUTIVAS DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – SINDETRAN/DF, entidade sindical de 1º grau, inscrita no CNPJ sob o nº. **37.050.333/0001-35**, estabelecido no SRTV, Quadra 702, Conjunto P, Ala A, Sala 3080, Edifício Brasília Radio Center, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-900, endereço eletrônico: sindetran.df@gmail.com, vem respeitosamente à presença desse Tribunal, por intermédio de seus advogados que a esta subscrevem, estabelecidos no SCN, Quadra 2, Bloco “D”, Edifício Liberty Mall, Torre “A”, 13º andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70712-903, os quais desde **já requerem que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. ULISSES RIEDEL DE RESENDE, inscrito nos quadros da OAB/DF sob o nº 968**, com esteio no disposto no art. 1º, incisos III, V, XIX, art. 41, art. 52, da Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, art. 1º, inciso XIX, art. 54, inciso I, art. 229, art. 230, inciso VIII, ambos da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, apresentar:

REPRESENTAÇÃO

em face do **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº **00.475.855/0001-79**, localizado no endereço SAM, Lote A, Bloco B, Ed. Sede, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70620-230, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DA LEGITIMIDADE ATIVA

Destaca-se que o comando constitucional contido no artigo 8º, inciso III, elenca que cabe *“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”*. Não obstante, garantiu ainda o constituinte a possibilidade de o servidor público associar-se, seja através de associação ou de sindicato, consoante o disposto no art. 37, inciso VI, ao predizer que *“é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”*.

Por conseguinte, o art. 282, inciso I, da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011, estabeleceu que *“ao servidor público civil são assegurados, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes, tais como a representação pelo sindicato, inclusive como substituto processual”*.

Nessa toada, a Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, dispõe em seu art. 52 que *“Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas”*. Já a Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, pontua em seu art. 229, que ***“Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal”***.

Não obstante, a própria Resolução nº 296, assevera no inciso XIX, do art. 1º, que compete ao Tribunal de Contas, *“apurar e decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por cidadão, partido político, associação ou sindicato, bem como sobre representações em geral, versando sobre irregularidades e ilegalidades de atos sujeitos ao seu controle”*, sem olvidar-se ainda do disposto no art. 230, que assevera *“O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos identificados no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal, ou por este, mediante ajuste de qualquer natureza”*, verifica-se que tem legitimidade perante esse Tribunal de Contas, pessoas ou entidades que detenham a prerrogativa de representação por força de suas respectivas competências ou atribuições legais (art. 230, § 1º, VIII).

Na dicção do art. 2º, alínea “a”, de seu estatuto social, a entidade sindical tem por uma de suas finalidades representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria e os interesses individuais de seus filiados, *in verbis*:

Art. 2º - O SINDETRAN-DF tem por finalidade:

- a) Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria e os interesses individuais de seus filiados;
- b) Expressar e defender as reivindicações dos servidores das carreiras que compõe os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal nos planos econômico, social, cultural e político;
- c) Celebrar acordos e contratos coletivos de trabalho;
- d) Promover a organização sindical dos servidores nos locais de trabalho;
- e) Buscar a integração com entidades locais, nacionais e internacionais de trabalhadores;
- f) Filiar-se ou desfiliar-se a entidade de representação sindical de grau superior, federação, confederação, central sindical e a outras organizações sindicais de interesse dos servidores, inclusive a entidades de âmbito internacional, quando aprovado pela Assembleia Geral convocada para esse fim;
- g) Constituir, criar, fundar ou ratificar a fundação de entidade de representação sindical de grau superior, federação, confederação, central sindical e a outras organizações sindicais de interesse dos servidores, inclusive a entidades de âmbito internacional, e depois de fundada integrar plenamente a sua estrutura no plano administrativo e/ou representativo.

Dessa forma, o aviamento da presente peça por parte da entidade sindical em epígrafe, com a pretensão de obter a prestação dessa Corte de Contas, guarda pertinência subjetiva, consoante ordenamento jurídico vigente.

DOS FATOS E DIREITO

Em 26 de março de 2021, a Gerência de Exame, Inspeção Técnica Veicular e de Emissão de Gases Poluentes, por intermédio do Núcleo de Exame Veicular e de Emissão de Gases Poluentes de Brasília propôs à Diretoria de Policiamento e Fiscalização do

Departamento de Trânsito do DF, por meio do Relatório SEI nº 1/2021-DETRAN/DIRPOL/GERINSP/NUEVEP1, um **Acordo de Produtividade** com o intuito de atender os anseios da população no que concerne aos serviços de vistoria veicular junto aquela Autarquia.

No mencionado acordo se propôs além de outras situações, que dentre os deveres dos Agentes de Trânsito, cada agente de trânsito deveria realizar diariamente sua capacidade máxima individual de produção de 20 (vinte) vistorias diárias dentro de seu horário de trabalho, em consonância com que foi pactuado anteriormente entre o Detran-DF e o Tribunal de Contas, nos autos do processo nº 00055-00107644/2018-48.

Pontuou-se ainda que, em decorrência das medidas sanitárias implementadas pelo Governo do Distrito Federal para o controle da pandemia ocasionada pelo Coronavírus, tal produtividade seria mantida. Contudo, acresça-se que os servidores requereram a diminuição do prazo de 20 (vinte) dias úteis, entre a data do agendamento e a realização da vistoria, para um interregno mínimo de 7 (sete) dias, para que o cidadão não delongue em realizar o processo de vistoria de seu veículo.

Na proposta de Acordo, destacou-se que as medidas somente seriam possíveis de serem implementadas com a adoção por parte da Diretoria Geral do Detran/DF, da Diretoria de Fiscalização e Policiamento e da Diretoria de Tecnologia, das sugestões propostas, dentre as quais convém destacar: (i) adequação do sistema de informática; (ii) aquisição de equipamentos; (iii) manutenção do serviço voluntário gratificado, (iv) qualificação dos agentes responsáveis pelas vistorias, dentre outras medidas propostas.

A situação entabulada na proposta de Acordo e que é objeto desta representação teve sua origem com os problemas ocasionados no sistema de informática responsável pela regulação das vistorias. Consoante consignado no Acordo, o sistema subutiliza as vistorias realizadas por cada agente vistoriador em aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento), ocasionando assim, transtornos à população, uma vez que embora pareçam “cheias” as agendas, estas na verdade não estão. Traz-se a exemplo que, em pesquisa realizada no sistema de agendamentos do posto Vadel em 23/03/2021, foram agendadas 173 vistorias, dentre as quais, 34 já haviam sido realizadas anteriormente, e 7 haviam sido canceladas, ocasionando uma subutilização de aproximadamente 28% (vinte e oito por cento) naquela dia.

Tais situações ocorrem porque o sistema de agendamento de vistorias não permite por exemplo, a baixa do agendamento das vistorias dos veículos antecipados, e a baixa das vistorias canceladas por exemplo, tal como consignado na proposta de Acordo, o que, repercute nas agendas e consequentemente no serviço prestado à população.

Não obstante, registra-se que, consoante pregão realizado no ano de 2020, o Detran/DF realizou junto a empresa de informática a contratação de serviços para a manutenção dos sistemas, cujo valor, consoante publicação no DODF nº 5, de 08/01/2021 -pág. 32, se dá na monta de R\$ 12.584.142,05 (doze milhões, quinhentos e oitenta e quatro

mil, cento e quarenta e dois reais e cinco centavos), sem ainda olvidar-se do resultado do pregão eletrônico nº 35/2020, cujo valor se deu para a contratação de empresa de informática da quantia de R\$ 5.173.860,03 (cinco milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e três centavos), o que totaliza, se consideramos a relação de compras de dezembro de 2020 e, o valor do pregão mencionado, o valor de R\$ 17.758.002,08 (dezesete milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, e dois reais e oito centavos).

Deveras, é preciso pontuar os termos do Decreto Distrital nº 27.778/2007, o qual regulamentou o regimento interno do Detran/DF, em especial o contido no art. 3º, II, o qual assevera que constitui uma das finalidades do Detran/DF, o registro e licenciamento de veículos. Considerando ainda o disposto no art. 144, § 10, II, da Constituição Federal, temos que *“A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas; compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei”*.

O Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503/97) prescreve no disposto no inciso III, do art. 22, que *“Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente”, afigura-se que, a atividade do Detran/DF no tocante a vistoria de veículos é decorrente do Poder de Polícia do Estado.*

Nesse passo, sobre o Poder de Polícia, conceitua Fernanda Marinela ¹que este é *“uma atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral e, na forma da lei, de condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ações fiscalizadoras, preventivas ou repressivas”*.

Não obstante nos termos do que alude o art. 78 do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/66) o *“poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”*, cuja contraprestação pelo serviço se dá na forma do pagamento de taxa, nos termos do art. 145, II, da CRFB/88.

Com efeito, o cidadão paga pelo serviço, esperando que este seja devidamente prestado. Nesse passo, pode-se observar que, consoante Relatório SEI nº 1/2021-

¹ MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo, Niterói, Editora Impetus, 6ª Ed. 2012.

DETRAN/DIRPOL/GERINSP/NUEVEP1, de 26/03/2021, **há falhas no sistema de informática do Detran** que prejudicam a prestação do serviço público decorrente da realização de vistorias veiculares.

Cumpra exemplificar que, em razão das falhas no sistema de informática do Detran/DF, os servidores fazem as “reclamações, que geram “chamados abertos” para área de Informática (T.I / DIRTEC), que simplesmente são finalizados com status de “resolvido”, mesmo sem uma solução, forçando o servidor a abrir vários outros chamados para a tentativa de resolução de um mesmo problema.

Nesse diapasão é imprescindível que seja realizado um controle do contrato do Detran e a empresa de informática, pois a empresa recebe valores contratados por cada “chamado aberto”, no entanto, em razão da ausência de solução, o que ocorre na prática é lesão do patrimônio público.

Ademais, vistorias que são canceladas, adiantadas, agendadas em duplicidade ou que o usuário falta, não são retiradas do agendamento eletrônico (site do Detran), prejudicando o serviço de vistoria, pois gera falsos dados para servirem de argumentos para venda do serviço de vistoria para iniciativa privada. Os vistoriadores se dispuseram a realizar o quantitativo de veículos agendados necessários para zerar a fila de espera, porém com o sistema falho, e falta de interesse da gestão na cobrança de correção dos problemas, as vagas adiantadas, canceladas ou em duplicidade, permanecem no sistema como se o serviço não tivesse sido realizado, pois é utilizado como argumento sobre a venda do serviço para empresários parceiros.

Inclusive, foi veiculado na mídia pela Direção Geral do Detran relato de que a população tem que aguardar de três a quatro meses para realizar uma vistoria, o que é facilmente combatido ao acessar o site do Detran e verificar um agendando uma vistoria, que mesmo com a falha do setor de T.I, existe vaga em torno de 14 dias.

Imperioso destacar que o Ministério público recomendou a diminuição dos serviços presenciais e os servidores da Vistoria nunca diminuíram o atendimento presencial, sendo alvo de constante assédio e pressão para atender pedidos políticos em plena pandemia, e ainda para atender empresários por meio de vistoria terceirizada, mesmo antes do processo de Licitação, o que merece atenção para evitar possíveis fraudes nos processos licitatórios.

Há levantamentos realizados por servidores que constataram que sendo resolvidas as falhas do sistema de informática, o prazo para realizar o serviço cairia 30% (trinta por cento), porém mesmo após diversas reclamações para solucionar os problemas no sistema, a DIRTEC permanece inerte, prejudicando diretamente o atendimento ao público.

Assim, é cediço que compete a Administração Pública agir, nos termos do disposto no *caput* do art. 37 da CRFB/88, com eficiência quando de suas atividades, ou seja,

deve a Administração atender e satisfazer as necessidades da sociedade que usufrui do serviço, que como visto, se dá para sua realização mediante prestação pecuniária - pagamento de taxa pela prestação do serviço.

DOS OFÍCIOS ENVIADOS AO DETRAN E SUPOSTA INEFICIÊNCIA DO SISTEMA PARA QUE HAJA TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE VISTORIA

Excelência, vale destacar que as falhas no sistema de informática do DETRAN/DF no tocante as vistorias aparentam não somente problemas de ordem técnica, mas outros objetivos, em especial terceirizar a atividade de vistoria. No ano de 2020, o Sindetrans/DF encaminhou à época Ofício ao então Diretor Geral do Detran, sobre informações solicitadas em audiência ocorrida no dia 07/01/2020, no qual o sindicato trouxe à baila diversas situações e impedimentos legais que inviabilizariam a terceirização da atividade de vistoria veicular no âmbito do Distrito Federal.

Em 27/01/2021, o Sindicato apresentou Interpelação Extrajudicial dirigida ao então Diretor Geral do DETRAN/DF, na qual se requereu informações e providências. No citado documento, foi feito pedido de informações quanto a manutenção da designação de servidores para comporem comissão especial designada através da Portaria nº 198, de 15 de agosto de 2019, cujo objetivo da Portaria era *“promover estudos para apresentação de projeto de contratação de ferramenta de solução completa para serviços de remoção, guarda, vistoria e leilão de veículos apreendidos”*. Com efeito, a mencionada Portaria dispôs em seu art. 2º, que a Comissão designada teria o prazo de 30 (trinta) dias para emitir um relatório conclusivo sobre a viabilidade de modernização dos serviços mencionados anteriormente, dentre eles o de vistoria.

Não obstante, pontuou-se que, nos termos dos incisos II, III, e IV, do Decreto Distrital nº 39.978/2019, as atividades relacionadas ao Poder de Polícia não serão objeto de execução indireta pela Administração Pública do Distrito Federal, aqui enquadrando-se, como outrora exposto no tópico acima, que a atividade de vistoria se relaciona diretamente com o Poder de Polícia do Estado conferido ao DETRAN/DF.

Por oportuno, consoante poderá Vossa Excelência notar, o Sindicato requereu com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) cópia do relatório conclusivo da comissão nomeada pela Portaria nº 198/2019, assim como se a pretensão contida na Portaria mencionada observava as vedações contidas no Decreto Distrital nº 39.978/2019. Requereu ainda o Sindicato a informação se haviam outras Portarias ou Comissões criadas posteriormente à Portaria nº 198/2019.

Quanto a tal pedido, limitou-se o Detran/DF a informar por meio do Ofício nº 322/2021, de 11/02/2021, que após consulta à Procuradoria Jurídica **não havia qualquer questão jurídica a ser dirimida.**

Com efeito, o Sindicato tem levado junto ao Detran/DF desde o ano de 2017 o conhecimento dos problemas do sistema de informática e consequentemente os de vistoria,

sempre buscando requerer esclarecimentos quantos aos mesmos e os reflexos nos usuários e servidores, porém o DETRAN/DF não apresenta resposta, ou quando a faz, apresenta resposta não conclusivas.

Deveras, como já mencionado, atividade de vistoria veicular decorre do Poder de Polícia do Estado, cujas atividades não podem ser delegadas. E nesse sentido, colaciono precedente do Supremo Tribunal Federal, que no caso do Rio Grande do Sul, proibiu aquele Estado de terceirizar o serviço de vistoria veicular, cuja ementa do julgado colaciona-se à espécie:

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI ESTADUAL Nº 10.847/96 (ART. 2º, § 1º) E LEI ESTADUAL Nº 10.848/96, EDITADAS PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 10.848/96 – CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE PARCIAL DA AÇÃO DIRETA – PRECEITO NORMATIVO QUE DISPÕE SOBRE REGRAS CONCERNENTES À DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INSPEÇÃO E VISTORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VEICULAR – MATÉRIA ATINENTE À DISCIPLINA NORMATIVA DO TRÂNSITO (CF, ART. 22, XI) – TRANSGRESSÃO À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE ATRIBUI, EM CARÁTER PRIVATIVO, À UNIÃO FEDERAL COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA – MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE DEFERIDA PELO PLENÁRIO DESTA SUPREMA CORTE – REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO TEMA – PRECEDENTES – AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE, CONFIRMANDO OS TERMOS DA MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE DEFERIDA.

(ADI 1666, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 24/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020 REPUBLICAÇÃO: DJe-240 DIVULG 30-09-2020 PUBLIC 01-10-2020).

É importante consignar que, naqueles autos alegou-se que, “A execução das atividades de vistoriamento das condições de segurança dos veículos, para efeito de licença, não se constitui numa oferta estatal de uma utilidade ou comodidade material prestada ao particular, mas, sim, numa atividade estatal concreta de fiscalização e prevenção das atividades privadas antissociais com o objetivo de garantir segurança ao proprietário do veículo ou ao seu condutor e, ainda, a terceiros. Vistoriar veículos para garantia das condições de segurança que devem oferecer, prevenindo riscos para terceiros, é ato estatal de polícia administrativa”, acrescentando ainda nas alegações que “As agremiações partidárias autoras sustentam que o dispositivo normativo em referência autorizaria o órgão executivo de trânsito estadual (DETRAN/RS) a transferir a particulares, por meio de concessão ou de permissão, o exercício do poder de polícia titularizado pela União Federal em matéria de trânsito (CF, art. 22, XI)”.

Não obstante, destaca-se ainda o contido na Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 1972/RS, a qual o STF reconheceu a inconstitucionalidade de diploma estadual igualmente editado pelo Estado do Rio Grande do Sul, eis que, ao veicular normas sobre atividade de inspeção técnica veicular, a legislação gaúcha usurpou competência legislativa atribuída, em caráter privativo, à União Federal. Com efeito, colaciona-se a ementa da mencionada ADI:

*Ementa: CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. TRÂNSITO. LEI 11.311/99, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR. VIOLAÇÃO AO ART. 22, XI, DA CF. MATÉRIA PRIVATIVAMENTE OUTORGADA À UNIÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE.** 1. Ao disciplinar tema que está inegavelmente compreendido na noção conceitual de trânsito – não se confundindo com aquilo que o art. 23, XII, da Constituição denominou de “política de educação para segurança no trânsito” – a Assembleia Legislativa estadual se houve com nítido excesso no exercício de sua competência normativa, em afronta à previsão do art. 22, XI, da Constituição, o que implica a invalidade da Lei 11.311/99. 2. A atividade de inspeção das condições de segurança veicular somente poderá ser exercida pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal quando assim autorizados por delegação do órgão federal competente (art. 22, III, do Código de Trânsito Brasileiro). Ao atribuir ao DETRAN/RS competência para realizar referidas inspeções, além de possibilitar a transferência da execução das inspeções a Municípios, consórcios de Municípios e concessionárias, a Lei 11.311/99 também usurpou a titularidade da União para prestação desses serviços, ainda que por delegação. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, confirmando-se liminar anteriormente concedida.*

(ADI 1972, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 18/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-198 DIVULG 09-10-2014 PUBLIC 10-10-2014).

Não obstante, o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada no sentido da inconstitucionalidade de leis estaduais que promovam inovação na legislação federal que versa sobre trânsito e transporte, por resultar em usurpação da competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Nesse sentido:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 6.323/2012 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PERMISSÃO DE PAGAMENTO PARCELADO DE MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TRÂNSITO E TRANSPORTE (ARTIGO 22, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO. 1. A competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte abrange as questões relativas à segurança do trânsito e às respectivas infrações (artigo 22, XI, da Constituição Federal). 2. A Lei federal 9.503/1997 (Código Nacional de Trânsito) definiu as infrações de trânsito e determinou as penalidades e medidas administrativas a serem adotadas, fixando as multas correspondentes, de modo que cabe somente à União dispor sobre as formas de pagamento das multas aplicadas pelos órgãos de fiscalização de trânsito. Precedentes: ADI 5283, rel. min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe de 31/05/2017; ADI 3.708, rel. min. Dias Toffoli, Plenário, DJe de 9/5/2013; ADI 3.196, rel. min. Gilmar Mendes, Plenário, DJ de 7/11/2008; ADI 3.444, rel. min. Ellen Gracie, Plenário, DJ de 32/2006; ADI 2.432, rel. min. Eros Grau, Plenário, DJ de 23/9/2005. 3. In casu, a Lei 6.323/2012 do Estado do Rio de Janeiro permitiu o pagamento parcelado das multas decorrentes de infrações de trânsito, invadindo a competência privativa da União para disciplinar a matéria. 4. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida e julgada procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 6.323/2012 do Estado do Rio de Janeiro.

(ADI 5778, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 13-09-2019 PUBLIC 16-09-2019).

Ementa: CONSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI 20.805/2013 DO ESTADO DE MINAS GERAIS. LIMITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. LIMITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE FABRICANTES DE PLACAS E TARJETAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES. CRITÉRIO DEMOGRÁFICO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO

PARA LEGISLAR SOBRE TRÂNSITO E TRANSPORTE (ART. 22, XI, DA CF). INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. PROCEDÊNCIA. REQUERIMENTO DE MODULAÇÃO DE EFEITOS REJEITADO. 1. As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Princípio da predominância do interesse. 2. A Constituição Federal de 1988, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, a priori, diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e Municípios (CF, arts. 24 e 30, I). 3. A norma impugnada, ao limitar o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, bem como de fabricantes de placas e tarjetas, a um critério demográfico (proporção de um estabelecimento para cada quarenta mil eleitores), invadiu a competência da União para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, da CF). 4. Ação Direta julgada procedente. Inexistência dos requisitos necessários à modulação de efeitos. (ADI 5774, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 02-10-2019 PUBLIC 03-10-2019).

Consoante reportagens que ora se anexa, a terceirização das atividades de vistoria de trânsito é verdadeiro vetor de desvio de finalidade e de corrupção nos órgãos de trânsito estaduais, de maneira que, não se mostra plausível a não solução dos problemas apresentados, ou pelo menos a tentativa de solução, a uma terceirização ou o credenciamento de empresas para a prestação de atividades de vistoria junto ao Detran/DF.

Ademais, é importante consignar que na ação judicial nº 36163-47.2010.4.01.3400, proposta perante a Justiça Federal pelo Sindetrans/DF, na qual se questionava a ilegalidade contida na Resolução nº 282 do Contran, o Ministério Público Federal naquela oportunidade opinou favoravelmente a pretensão do sindicato, acentuando que ***“Consoante bem ressaltou a Requerente, em sua peça de ingresso, as competências do CONTRAN e do DENATRAN encontram-se perfiladas nos arts. 12 e 19 da Lei 9503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), respectivamente, e em nenhum desses dispositivos é possível se extrair qualquer comando normativo que confira ao CONTRAN a prerrogativa de autorizar o credenciamento de empresas privadas para a execução de vistoria veicular”***, e pontuando ainda que ***“ Por outro lado, por ser a atividade de execução de vistoria veicular expressão do Poder de Polícia Estatal, sua remuneração se perfaz mediante taxa, razão pela qual, por mais um motivo, não poderia admitir-se a remuneração, pois estar-se-ia permitindo a destinação de tributo instituído no âmbito dos Estados membros e do Distrito Federal aos cofres de empresas privadas, o que é absolutamente vedado pelo sistema tributário nacional”***.

Dessa forma, diante do quadro fático apresentado do atual sistema de informática contratado pelo DETRAN/DF, que é responsável pelo controle das vistorias, é possível concluir pela ocorrência de (i) subutilização das vistorias pelos agentes, em função das falhas que acarretam em “superlotação” dos agendamentos, de maneira a onerar o sistema, dificultando, por conseguinte, o acesso da população; (ii) ineficiência quanto à prestação do serviço, de maneira a violar o princípio da continuidade da atividade

administrativa (art. 25, da Lei Orgânica do Distrito Federal), assim como o da eficiência; (iii) falhas que podem estar sendo ocasionadas como medida a justificar eventual terceirização ou credenciamento de empresas privadas para que passem a realizar o serviço de vistoria veicular; razão pela qual a entidade sindical colima, nos termos do que dispõe o art. 247, art. 231, I, art. 232, II, art. 233, II, ambos da Resolução nº 296/2016, os seguintes pedidos:

DO PEDIDO

Por todo o exposto, postula a PARTE REPRESENTANTE que:

- a) Que seja recebida a presente Representação;
- b) Que sejam apurados os fatos mencionados, em especial as falhas no sistema de informática relacionados a vistoria de veículos junto ao DETRAN/DF, uma vez que tais falhas têm ocasionado a ineficiência da prestação do serviço, assim como a subtilidade dos agentes de trânsito responsáveis pela realização das vistorias veiculares;
- c) A determinação da suspensão de eventuais processos administrativos que por ventura venham a existir que tenham como objeto o credenciamento ou a terceirização de atividades de vistoria veicular junto ao DETRAN/DF;
- d) A determinação para que o DETRAN/DF forneça, com base no Princípio da Publicidade (art. 37, *caput*, CRFB/88), cópia de eventuais processos administrativos que por ventura venham a existir acerca de credenciamento de empresas privadas ou sobre a terceirização de atividades de vistoria veicular junto ao DETRAN/DF;
- e) Que seja apurado a execução dos contratos de prestação de serviço de informática junto ao DETRAN/DF, em especial aqueles cujo escopo seja os serviços de vistoria veicular;
- f) A citação do DETRAN/DF para que, querendo, manifeste-se no feito, na forma da Resolução nº 296/2016 e da Lei Complementar nº 1/94;
- g) Em havendo irregularidades, que sejam aplicados aos responsáveis as sanções previstas na Lei Complementar nº 1/94, e na Resolução nº 296/2016;
- h) A determinação para que o DETRAN/DF apresente plano de solução dos problemas de informática no sistema de vistoria veicular no prazo de 30 (trinta) dias;



ADVOCACIA RIEDEL



i) Que seja facultada a utilização de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a prova documental anexa;

j) Que todas as intimações e publicações sejam feitas em nome do Dr. ULISSES RIEDEL DE RESENDE, inscrito nos quadros da OAB/DF sob o nº 968.

É o que se colima.

Brasília/DF, 09 de abril de 2021

Juliana Almeida Barroso Moreti
OAB/DF 21.249

Danilo Oliveira Silva
OAB/DF 52.610